



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CJF N. 010/2023

PROCESSO SEI N. 0000179-46.2023.4.90.8000

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, doravante denominado, **ÓRGÃO GERENCIADOR** integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/000188, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília-DF, neste ato representado por seu **Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas, o Senhor LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO**, matrícula 1075, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico CJF n. 14/2023** e atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022, no Decreto n. 11.462, de março de 2023 da Presidência da República, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e ainda a Lei n. 12.846, e, em conformidade com as informações constantes do Processo SEI n. 0000179-46.2023.4.90.8000 resolve registrar os preços dos materiais descritos no item 2.1 desta Ata com a empresa.

TORINO INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada **DETENTORA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 03.619.767/0005-15, estabelecida na Avenida Seiscentos, SN, Quadra 15, Módulo 10, Setor Industrial, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES, CEP: 29.161-399, neste ato representada por seu procurador, o senhor **RODRIGO DO AMARAL RISSIO**, mediante as disposições a seguir:

I – DO OBJETO

1.1 O objeto desta ata é o registro de preços de computadores do tipo workstation de alto desempenho, com garantia de 60 (sessenta) meses, destinado a atender aos pleitos das diversas unidades do Conselho da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2, Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, Justiça Federal de Alagoas – JFAL, Justiça Federal da Bahia – JFBA, Justiça Federal de Goiás – JFGO, Justiça Federal do Pará – JFPA, Justiça Federal da Paraíba – JFPB, Justiça Federal de Pernambuco – JFPE, Justiça Federal do Rio de Janeiro – JFRJ, Justiça Federal do Rio Grande do Norte – JFRN, Justiça Federal de Roraima – JFRO e Justiça Federal de Sergipe – JFSE, conforme as especificações e os quantitativos constantes no **MÓDULO I (Termo de Referência)** do edital.

1.2 As especificações constantes do Edital (Pregão Eletrônico n. 14/2023), do **Termo de Referência (MÓDULO I)** do edital e da proposta da DETENTORA fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2.1 No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes desta ata.

II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, os preços registrados, as especificações do objeto e as quantidades

ofertadas na proposta são:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	CJF		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	14	R\$ 41.200,00	R\$ 576.800,00

2.2 São órgãos participantes do registro de preços:

- a) Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2;
- b) Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4;
- c) Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5;
- d) Justiça Federal de Alagoas – JFAL;
- e) Justiça Federal da Bahia – JFBA;
- f) Justiça Federal de Goiás – JFGO;
- g) Justiça Federal do Pará – JFPA;
- h) Justiça Federal da Paraíba – JFPB;
- i) Justiça Federal de Pernambuco – JFPE;
- j) Justiça Federal do Rio de Janeiro – JFRJ;
- k) Justiça Federal do Rio Grande do Norte – JFRN;
- l) Justiça Federal de Roraima – JFRO;
- m) Justiça Federal de Sergipe – JFSE.

2.2.1 Para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, os preços registrados, as especificações do objeto e as quantidades ofertadas na proposta são:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	TRF2		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	7	R\$ 41.200,00	R\$ 288.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	TRF4		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	50	R\$ 41.200,00	R\$ 2.060.000,00

TRF5		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFAL	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	12	R\$ 41.200,00	R\$ 494.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFAL	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	6	R\$ 41.200,00	R\$ 247.200,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFBA	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	2	R\$ 41.200,00	R\$ 82.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFGO	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	1	R\$ 41.200,00	R\$ 41.200,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFPA	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	5	R\$ 41.200,00	R\$ 206.000,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	QTD	JFPB	
			VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	3	R\$ 41.200,00	R\$ 123.600,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	JFPE		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	12	R\$ 41.200,00	R\$ 494.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	JFRJ		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	12	R\$ 41.200,00	R\$ 494.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	JFRN		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	10	R\$ 41.200,00	R\$ 412.000,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	JFRO		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	7	R\$ 41.200,00	R\$ 288.400,00

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS	JFSE		
		QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador tipo workstation de alta performance conforme especificações técnicas do Anexo I do Módulo I do Edital - Termo de Referência.	5	R\$ 41.200,00	R\$ 206.000,00

III- DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A ata terá validade de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133, de abril de 2021 e do art. 22 do Decreto n. 11.462, de março de 2023.

IV – DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O valor estimado para cobrir as despesas relativas a este instrumento é de **R\$ 6.015.200,00 (seis milhões, quinze mil e duzentos reais)**, conforme discriminado na **cláusula II (Dos Preços, Especificações e Quantitativos)** deste instrumento.

V– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nos termos da Lei n. 14.133/2021, o ÓRGÃO GERENCIADOR e os PARTICIPANTES poderão aplicar as penalidades descritas nesta ata e no termo de referência, observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir:

5.1.1 penalidade de impedimento de licitar e contratar a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução da ata ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do pedido decorrente da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do pedido decorrente da ata:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

5.1.1.1 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

5.1.2 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a vigência da ata:

Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) praticar ato fraudulento durante a vigência da ata:

Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

5.1.2.1 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

5.2 As demais sanções aplicáveis durante a execução desta ata de registro de preços obedecerão ao disposto na cláusula décima quarta do instrumento contratual.

5.3 As sanções descritas nesta cláusula se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

VI - DO CADASTRO RESERVA

6.1 O cadastro reserva seguirá a lista do compras.gov.br, se houver.

6.1.1 A habilitação das licitantes que compuserem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de convocação, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

VII - DO CONTROLE DE ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou por fato que eleve os custos dos bens ou serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [línea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou;

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores a negociarem a redução dos preços aos valores de mercado.

7.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.3.1 Na hipótese do item 7.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reservas, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.3.2 Ocorrendo a redução dos preços registrados, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os ÓRGÃOS PARTICIPANTES que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

7.3.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4 Ainda na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e a DETENTORA ou as demais empresas participantes do cadastro de reserva **não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata**, será facultado ao fornecedor requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.4.1 Para fins do disposto no item 7.4, A DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.4.1.1 Na hipótese de comprovação de fato superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado,

por meio de pesquisa realizada com base no art. 23 da Lei n. 14.133, de abril de 2021 e na IN n. 65/2021 (SEGES-ME) comunicando, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os ÓRGÃOS PARTICIPANTES que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

7.4.1.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA fica obrigada a cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro e não da ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4.1.3 Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observadas as condições de habilitação.

VIII - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA DETENTORA DA ATA

8.1 O registro da DETENTORA será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item **7.4.1.2**;

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III \(impedimento de licitar e contratar\)](#) ou [IV \(declaração de idoneidade\) do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 Na hipótese prevista no inciso IV do item 8.1 (declaração de idoneidade), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.1.3 Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

IX – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens **7.3.3** e **7.4.1.2**.

X – DA POSSIBILIDADE DE REMANEJAMENTO DOS QUANTITATIVOS DA ATA

10.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES e NÃO

PARTICIPANTES do registro de preços.

10.1.1 O remanejamento de que trata o item 10.1 somente será feito:

- a) de ÓRGÃO PARTICIPANTE para PARTICIPANTE; ou
- b) de ÓRGÃO PARTICIPANTE para órgão NÃO PARTICIPANTE.

10.1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado PARTICIPANTE para fins do remanejamento de que trata o item **10.1**.

10.1.3 Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no item 15.3.

10.1.4 Para fins do disposto no item **10.1**, competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.1.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá à DETENTORA beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.1.6 Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no item **10.1.2**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

XI - DO AJUSTE, RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

11.1 O ajuste será formalizado mediante a emissão de nota de empenho, que será encaminhada à DETENTORA por e-mail ou outro meio hábil de comunicação.

11.1.2 O prazo para o recebimento/aceite da nota de empenho, após regular convocação, será de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado, por uma vez, por igual período, quando solicitado pela DETENTORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

11.2 Não obedecido o prazo mencionado no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará as empresas que se dispuseram a registrar seus valores, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do § 2º, do art. 90, da Lei n. 14.133/2021, sujeitando a DETENTORA às penalidades previstas nesta ata.

11.3 Por ocasião da emissão da nota de empenho o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

11.4. A contratação de itens registrados em ARP deve ser autorizada previamente pela autoridade competente, condicionada à disponibilidade orçamentária para fazer frente à despesa.

11.4.1 Compete ao gestor da ARP em cada órgão solicitar a autorização da autoridade competente.

11.5. O acionamento de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de preços e demonstração de sua vantagem para o órgão.

XII – DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

12.1 – A DETENTORA deverá fornecer os materiais mediante requisição pelos órgãos, que emitirá ordem de fornecimento (OF), obedecendo os prazos e as condições estabelecidas no termo de referência.

12.2 – A DETENTORA terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para a entrega dos materiais, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF).

12.3 – A DETENTORA deverá entregar os materiais adquiridos nos seguintes locais:

a) no Setor de Almoxarifado do Conselho da Justiça Federal, localizada no Edifício-Sede, situado no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho 3, Polo 8, Lote 9, Brasília-DF - No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

b) Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2, localizado na Rua Acre, 80, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Entregar na Seção de Almoxarifado – SALMOX. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

c) Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, localizado na Rua Otaviano Francisco Caruso da Rocha, nº 300, Porto Alegre/RS. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

d) Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, localizado no Edifício Ministro Djaci Falcão, na Av. Martin Luther King, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

d) Justiça Federal de Alagoas – JFAL, localizada na Avenida Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió/AL; CEP: 57046-000. Entregar na Direção do Núcleo de Tecnologia da Informação. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

e) Justiça Federal da Bahia – JFBA, localizada no Fórum Teixeira de Freitas, Av. Ulysses Guimarães, n. 2799, Sussuarana, Centro Administrativo da Bahia – Salvador/BA; CEP: 41213-000. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

f) Justiça Federal de Goiás – JFGO, localizada na Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia/GO; CEP: 74030-090. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

g) Justiça Federal do Pará – JFPA, localizada na Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém/PA. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

h) Justiça Federal da Paraíba – JFPB, localizada na Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Gondim - João Pessoa/PB; CEP: 58031-900. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

i) Justiça Federal de Pernambuco – JFPE, localizada no Fórum Ministro Artur Marinho, na Avenida Recife, 6250, Bairro do Jiquiá, Recife/PE; CEP 50865-900. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

j) Justiça Federal do Rio de Janeiro – JFRJ, localizada na Via Binário do Porto, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ; CEP: 20220-410. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

k) Justiça Federal do Rio Grande do Norte – JFRN, localizada na Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal/RN; CEP: 59064-250. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

l) Justiça Federal de Roraima – JFRO, localizada na Av. Presidente Dutra, 2203, Baixa União, Porto Velho/RO; CEP: 76805-902. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

m) Justiça Federal de Sergipe – JFSE, localizada no Centro Administrativo Governador Augusto Franco Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Bairro Capucho, Aracaju / Sergipe; CEP: 49081-015. No horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados.

12.4 Aos órgãos reserva-se o direito de devolver, no todo ou em parte, os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência.

12.4.1 Caso ocorra devolução de materiais, a DETENTORA deverá realizar a substituição dos materiais por outros de especificações e qualidade aceitáveis dentro de um novo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

XIII – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 174, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico do ÓRGÃO GERENCIADOR.

XIV – DO FORO

14.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos desta ata, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a este instrumento.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à DETENTORA deverá ser encaminhada diretamente ao gestor pelos e-mails fornecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOS e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

15.2 Durante a vigência da ata, incluída a prorrogação, os órgãos DA JUSTIÇA FEDERAL que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços (ARP), devem observar os seguintes requisitos:

- a)** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b)** demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- c)** consulta e aceitação prévias do ÓRGÃO GERENCIADOR e da DETENTORA.

15.2.1 A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pela DETENTORA.

15.2.2 Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão NÃO PARTICIPANTE efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.2.3 O prazo previsto no item **15.2.2** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15.2.4 O órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de NÃO PARTICIPANTE, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos nesta cláusula.

15.3 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços (ARP) de que trata o item **15.2**:

- a)** as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES; e
- b)** o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

15.4 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Instrumento Contratual.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos

os fins de direito.

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO
Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas

RODRIGO DO AMARAL RISSIO
Procurador da Torino Informática LTDA



Autenticado eletronicamente por **Rodrigo do Amaral Rissio, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 14:01, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Diretor(a) Executivo(a) - Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas**, em 27/11/2023, às 16:43, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0528862** e o código CRC **46BDBE6A**.